



ALERTA SERVIDOR

Informativo do SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião

Junho de 2012 • Ano IX • Edição 104 • Distribuição Dirigida

Sindserv X baixo índice de reposição salarial

Situação poderia ser ainda pior de 5,1% para 1,87% , não fosse protestos do Sindserv

Pág 3

**Servidores:
Vales refeição
e alimentação
sem reajustes
há 2 anos**

Págs 4 e 5

**Prefeitura é
condenada
a indenizar
servidores**

Pág 7

**Químicos de SJC
elegem Chapa 1
por 73,9%**

Pág 2

**Em ação
Comissão de
Segurança
do Sindserv**

Pág 8



O presidente Ivan Moreira da Silva, do Sindserv, em protesto, dia 30 de maio, contra a reposição salarial de apenas 5,1% ao funcionalismo, e nada de reajuste dos vales alimentação e refeição, o que já acontece há dois anos

**Prefeito
Trapalhão**



**Professor de educação física
atua em projeto social**

Pág 6



**Assembleia de prestação
de contas dia 20**

Pág 6



ACS e sua bike - Cleide Aparecida Bertuzo, agente comunitária de Saúde, é servidora há 2,5 anos. Por 5 anos, ela já prestava este serviço como contratada. Com sua bicicleta elétrica, ela visita 200 famílias em Boiçucanga.

Pág 8

Falta de atenção ou incompetência

Palavra do Presidente

Este mês, tivemos a mais pura demonstração de ingenuidade ou incompetência administrativa por parte do prefeito de São Sebastião. Ele, que teve o apoio da grande maioria dos servidores e deste sindicato, na época da eleição, responde com falta de diálogo com seu eleitorado - o que não se espera de um homem público eleito. Usou "holofotes" para anunciar a reposição de 5,1% (índice de inflação), como se fosse algo extraordinário. Ele sabe muito bem que a correção anual dos salários com base na inflação é obrigação de todos os prefeitos. Inicialmente, eu até critiquei a falta de diálogo. Mais ainda, em se tratando de ano eleitoral, todos nós, servidores, tínhamos melhor expectativa, esperávamos um pouco mais de reconhecimento, respeito, dignidade e valorização, concedendo ao menos parte dos valores das perdas salariais e dos vales refeição e alimentação. Porém, hoje, como é de praxe a atual administração nos surpreender, no dia 23/04, tivemos

mais uma infeliz informação sem muita mídia, pois os míseros 5,1%, havia caído ainda mais para 1,87% - repasse da inflação de janeiro a maio, pois o prefeito em seu, "Balaio de Cat's", como fala um amigo meu, foi orientado por alguém de que não seria possível fazer o tal repasse do dissídio, porque o prazo eleitoral não mais o permitiria, prazo este que foi o motivo de muitas manifestações.

Em 6/01, protocolamos o ofício 10/2012 na prefeitura, solicitando reunião, para discutir entre outros assuntos o dissídio coletivo. Não obtivemos respostas. Em 14/03, realizamos assembleia, quando de liberada proposta do Dissídio Coletivo da categoria: 10% de reajuste mais correção da inflação, além de vale-refeição de R\$ 15,00 para R\$ 18,20 e vale-alimentação de R\$ 170,00 para R\$ 276,54, seguindo índices do Dieese. A proposta definida em assembleia foi protocolada via ofício 66/2012, em 20 de março, no mesmo documento fizemos constar nossa disposição para diá-

logo e preocupação em relação aos prazos eleitorais.

Continuando a saga do Dissídio 2012, tivemos pela frente um prefeito avesso ao diálogo. No dia 03/04, a sete dias do prazo eleitoral, para um possível dissídio, estive na Câmara Municipal pedindo apoio dos vereadores para sensibilizar o prefeito a nos receber.

Passado este momento de dissídio unilateral, goela abaixo, continuaremos lutando com liberdade, respeito e determinação. Reafirmo ao senhor prefeito nosso interesse pelo diálogo.

EPI - A Prefeitura entregou vários itens de EPI (Equipamento de Proteção Individual), em maio, a servidores do Viveiro Municipal, após a queixas sobre a falta dos EPIs ser publicada na edição de maio deste Alerta Servidor. Servidores do Viveiro, até então, muito críticos, ficaram satisfeitos. Eis uma prova de que vale a pena a união da categoria por melhores condições de trabalho.

Ivan Moreira Silva - presidente

EXPEDIENTE



O Alerta Servidor é o informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos de São Sebastião (Sindserv)

Rua José David do Vale, 33,
Centro - São Sebastião (SP)
Fone: (12) 3892-1545 / Fax: (12) 3892-4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo.sindserv@uol.com.br

Distribuição interna e dirigida
www.sindserv.com

Diretoria

Ivan Moreira Silva (Presidente); Ocimar Barbosa (Vice-Presidente) Alexandre Lisboa Ferreira (Secretário Geral); Luiz Antonio Sant'Anna (1º Secretário); Everton Tiago Marques (2º Secretário); Jehovan Maria de Jesus (1º Tesoureiro); Belmiro dos Santos Rodrigues (2º Tesoureiro) Suplentes: Rafael Correa de Aquino, Roseli Patulraski, Tiago César de Araujo, Flávio Idalirio de Lima Leite, Luciano Prado e Tânia Regina Sarak. Conselho Fiscal: Carlos Roberto Pires de Souza, Douglas Alberto Massucato Braga, Josiel de Carvalho. Suplentes: Audrei Queli da Silva Guatura, Fernando Lima de Moura e Luiz Santanna dos Santos.

Conselho de Representantes: Charles Moreira Silva, Clarice Murta Treuherz Suplente: Edna Barbosa Ribeiro Cardoso e Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Jornalista: Nívia Alencar - MTb 21.218
Diagramação: Frank Constanco
Impressão: Atlântica Gráfica e Editora
Tiragem: 3 mil exemplares

Trabalhadores químicos de São José dos Campos elegem Chapa 1 por 73,9% dos votos

Chapa 1, que obteve 1.626 votos, teve apoio da Associação Unidos pra Lutar



Membros da Chapa 1 acompanhados do presidente Ivan, do Sindserv, Alexandre Lisboa e Willian, também do sindicato

Trabalhadores químicos de São José dos Campos e região elegeram a Chapa 1 para a diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Químicos - gestão 2012/2015. A Chapa 1, apoiada pelo PSOL e Unidos pra Lutar, obteve 1626 votos (73,9%). A chapa de oposição, ligada ao RH da Johnson e apoiada pela central sindical do PSTU, a CSP Conlutas, registrou 574 votos (26,1%).

A eleição ocorreu dias 9 e 10 de maio e a apuração no dia 11. Os trabalhadores decidiram que querem manter o seu sindicato na luta, sem atrelamento com os patrões ou sob ordens de partidos e centrais que se unem ao RH de multinacionais para demitir dirigentes sindicais de olho em disputa eleitoral. Venceu uma Chapa com trabalhos concretos na categoria.

A base soube decidir e deixou claro: Sindicato é dos trabalhadores, centrais e partidos burocratas não botam a mão! Esta base é de luta! Parabéns, trabalhadores! O Sindicato é de vocês!

Os dirigentes sindicais eleitos agradecem pela grande união de esquerda que se formou para derrotar ataque pelego ao sindicato. "Nosso agradecimento a todos que não se enganaram com discursos ensaiados e as calúnias da oposição pelega para confundir e dar um verniz de luta à chapa montada pela Johnson. Seguimos firmes na luta com quem é de luta!", concluem. A campanha pela Chapa 1 também teve apoio de integrantes da diretoria do Sindserv. O presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, parabeniza todos da Chapa 1 pela expressiva vitória.

Sindserv contra baixa reposição salarial

Além de apenas 5,1% de reposição, faltaram reajustes dos vales alimentação e refeição, o que já ocorre há dois anos



Membros da diretoria do Sindserv e alguns servidores assistiram à manifestação do presidente Ivan Moreira Silva, em frente ao Paço Municipal, na manhã do dia 30 de maio

O Sindserv (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião) realizou ato público de protesto contra a reposição salarial de apenas 5,1% ao funcionalismo, e nada de reajuste dos vales alimentação e refeição, o que já acontece há dois anos. Muito indignado com a situação, o presidente Ivan Moreira Silva falou ao microfone em frente ao Paço Municipal, na manhã do dia 30 de maio.

Ele fez críticas contra a assessoria jurídica do prefeito que causou ainda maior mal-estar, em 23 de maio, ao comunicar que o repasse salarial não seria de 5,1%, anunciado no dia 16 de maio, mas de 1,87%. Em nota oficial, o Sindserv ameaçou processar o prefeito por causa deste índice que não refletia ao menos a média de inflação dos últimos 12 meses. Na tarde do dia 28, a prefeitura voltou atrás e confirmou os 5,1% de repasse.

Em 14 de março, os servidores públicos municipais, em Assembleia do Sindserv, deliberaram pela proposta de reajuste salarial em 10% acrescido do índice de inflação, em maio, mês do dissídio, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A categoria também deliberou sobre vales refeição a R\$ 18,20 e alimentação a R\$ 276,54, valor da cesta-básica, conforme o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Ivan, durante o ato público, foi intenso ao criticar a equipe jurídica da prefeitura, em razão do imbróglio causando a divulgação de reposição de 1,8% em detrimento ao de 5,1%, alegando questões jurídicas. "Esta administração está perdida por falta de diálogo, por falta de comunicação, por falta de respeito ao trabalhador. Tenho certeza de que os servidores que não estão aqui por medo de represália, concordam comigo. Quero deixar muito claro ao prefeito que este ato não é de político ou partido político, é do trabalhador, é de quem tem liberdade".

Índices maiores - Ivan citou que outras cidades da região deram índices de reajuste salarial maiores (Ubatuba, 11,2%; Ilhabela, 10% e Caraguatatuba, 7,5%). O presidente ainda reivindicou para que o prefeito conceda R\$ 18,20 de vale-refeição e ao menos R\$ 270,00 de vale-alimentação, comprometendo-se a agradecer publicamente. "Ainda há tempo para concessão destes benefícios". O presidente também desejou que o Sindserv se fortaleça com a união dos servidores públicos pelas mesmas causas.

O presidente do Sindserv ainda aproveitou para reiterar questões das horas-extras como sendo muito importante para o trabalhador. "Porém, a todos que hoje dependem destas ho-

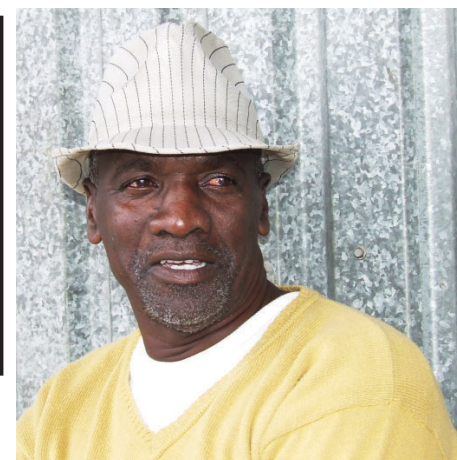
ras extraordinárias alertamos que elas não complementam perdas salariais, já que não são incorporadas ao salário. O que vale, realmente, é salário digno", ele concluiu.

O secretário-geral do Sindserv, Alexandre Lisboa, também usou o microfone no protesto. "Aos companheiros que estão nas salas com medo de perseguição, entendemos, mas é o patrão quem tem de temer o trabalhador. Vamos deixar muito claro também que a administração não deu aumento algum para o trabalhador, somente reposição de inflação. Nós, trabalhadores, não temos de pagar pela incompetência do patrão, temos o poder de elegê-lo ou não. Estamos aqui para conscientizar a categoria, temos de lutar, cobrar nossos direitos", completou Lisboa.

Também fez pronunciamento o advogado Ricardo Harada, do Sindserv. "Quero saldar o companheiro Ivan e sua diretoria pela maneira combativa contra os demandas da administração municipal e do prefeito Ernane Primazzi", afirmou o advogado.

E Harada disse mais: "O prefeito, mais uma vez, cometeu trapalhada, acho que ficará conhecido como prefeito trapalhão porque demite servidores e depois perde na Justiça; trapalhão porque define 5,1% de reajuste, depois 1,8% e depois volta aos 5,1%".

Servidores avaliam 5,1% de reposição salarial



José Adilson Mateus Ramos, operador de máquina pesada, Regional Costa Norte, há 30 anos servidor: "O reajuste poderia ter sido melhor, acho que todos nós esperávamos por isto. Também é ruim o fato de os vales alimentação e refeição ficarem sem reajuste".



Analto Rodrigues de Oliveira, motorista, Centro: "Considero que o reajuste poderia ter sido melhor, além disto, há dois anos não ocorre aumento do vale-alimentação e vale-refeição".



Luiz Claudio Neves, motorista Samu, Centro: "É isto, concordo que o reajuste poderia ter sido melhor e também sobre a falta de reajuste dos vales alimentação e refeição há dois anos".



Rubens Brandão, vigia da Garagem Municipal, Centro: "Bom realmente o reajuste não foi, mas não é tão ruim, é claro que esperávamos índice maior, e faltou para os vales alimentação e refeição".



Helena Maria de Paula Oliveira, servente, Garagem Municipal: "Não gostei deste reajuste pequeno, e continua com o mesmo valor nosso vale alimentação e refeição. De qualquer forma, 5,1% é melhor que 1,8%, que receberíamos."



Ana Lúcia Dias, auxiliar administrativo (PSF, Boiçucanga): "Satisfatório este reajuste não é, talvez a situação poderia ser melhor se também tivesse havido reajuste do vale-alimentação e vale-refeição para os trabalhadores que tem direito a esses benefícios".



Diocesar Pereira, auxiliar de enfermagem (PSF, Boiçucanga): "Em Lorena e Taubaté, por exemplo, enfermeiros tem salários inferiores, se comparados aos de auxiliares de enfermagem em São Sebastião. Mas a reposição salarial aqui não é ideal, diante o alto custo de vida desta cidade".



Marcelo Alvares, enfermeiro (PSF, Boiçucanga): "Para servidores mais antigos que acumulam perdas salariais, o reajuste de 5,1% realmente não é suficiente, mas, comparado a outros mercados, o salário não é ruim, como o de Santos, por exemplo, onde já trabalhei".



José Jesus Gutierrez de Biagi, electricista, em Boiçucanga. "Esta reposição salarial não fez diferença para mim".

Em assembleia, dia 14 de março, os servidores aprovaram proposta de aumento real de salário em 10% + reposição da inflação, além de aumento do vale-refeição para R\$18,20 e vale-alimentação para 276,54, valor da cesta básica. A Prefeitura de São Sebastião concedeu apenas reposição em 5,1% do salário.



Alex Ricardo Santana, agrimensor técnico, Viveiro Municipal: "É difícil fazer uma análise porque o reajuste precisa ser compatível ao orçamento"



Luiz Rodrigo Santos, braçal, Viveiro Municipal. "Ao menos recebemos o reajuste, está bom, é melhor que nada".



Carlos Marques Ferreira, braçal, Viveiro Municipal: "Este reajuste tá bom pra caramba, se não podem dar mais, não sou eu quem vai mudar, e já pagam hora-extra".



Hiran Danese Ernesto Coelho, assistente administrativo, diretor da Regional Costa Norte. "O reajuste está razoável, dentro do possível".



Miramar Pereira de Souza, coletor de lixo, atua no almoxarifado da Regional Costa Norte. "Foi bom este reajuste, se a prefeitura não desse nenhum reajuste de salário, já estaria bom porque recebemos o novo Estatuto dos Servidores".



Obadias Vieira Gonçalves, braçal: "Estou satisfeito (com a reposição salarial). Sobre o vale-alimentação e vale-refeição, não sei o que dizer porque não sabemos porque não tiveram reajuste".



Vicente de Paula Souza, operador de máquina. "O salário está ótimo. Agradeço a Deus todos os dias porque fiz minha vida trabalhando nesta prefeitura. Antes, eu cuidava de vacas de segunda a segunda, em São Luiz do Paraitinga, de onde vim".



Alzira de Souza Anselmo, servente, recepcionista: "Esperávamos um reajuste melhor, e espero que os valores do vale-refeição e vale-alimentação melhorem até o final deste ano".



Marco Aurélio Procópio de Souza, braçal, encarregado, Costa Norte: "O reajuste está bom demais, melhor que nada. Sobre os vales alimentação e refeição não posso falar nada porque sou servidor, não tenho poder para nada".

José Alves Moraes, braçal, Costa Norte - "O reajuste do salário só é razoável porque deram apenas a inflação. É muito importante haver ainda aumento do vale-refeição e vale-alimentação".



Professor de educação física se dedica em projeto social

Marcos Roberto de Abreu Gonçalves (foto) é professor de educação física em São Sebastião, servidor público há 16 anos. Pela Secretaria de Esporte, onde é lotado, realiza importante trabalho social a cerca de 56 crianças e adolescentes de 8 a 14 anos, no Centro Comunitário do Jaraguá. O professor ensina atletismo, sendo corrida de 100 e 200 metros com e sem barreira. O trabalho é desenvolvido há 1,5 ano. "O objetivo é dar assistência às crianças e adolescentes por meio do esporte, incentivando-os para que possam desenvolver suas potencialidade e cidadania. Pretendo também formar uma equipe de atletismo infantil", ele diz.

Os treinamentos são aplicados com atividades lúdicas em meio aos conceitos da modalidade esportiva. As aulas ocorrem às segundas-feiras, quartas e sextas-feiras das 15 às 18 horas. Em média são atendidas 10 a 15 crianças e adolescentes por aula. A grande maioria se dedica, conforme conta o professor. Ele pretende ainda aplicar salto em altura a seus alunos, mas para isto precisa de colchão apropriado. Conforme o professor, estas crianças também participam do PAF (Programa Atleta do Futuro), do Sesi (Serviço Social da Indústria). Em São Sebastião, estão cadastradas no PAF 1800 crianças e adolescentes de 8 a 17 anos,

com vistas ao apoio para treinamentos e participação em competições. Marcos espera que seus alunos possam participar e serem bem sucedidos nos Jogos Estudantis de São Sebastião. Crianças e adolescentes interessados em participar do projeto podem comparecer ao Centro Comunitário do Jaraguá, munidos de atestado médico e acompanhados por pais ou responsáveis. "Quem sabe podemos criar o primeiro atleta profissional de atletismo de São Sebastião", ele conclui.



PMSS

Sindserv fará Assembleia para prestação de contas

O Sindserv realizará assembleia para prestação de contas do período 2011 /2012, aos servidores públicos sindicalizados. A assembleia será dia 20, quarta-feira, na subsede de Boiçucanga, às 17h30 (primeira chamada) e 18h30 (segunda chamada). Conforme o presidente Ivan Moreira Silva, nos próximos dois anos, as assembleias sobre o mesmo tema serão desenvolvidas na subsede da Enseada e na sede central. O objetivo do Sindserv é manter os servidores sempre bem informados sobre os investimentos e despesas do sindicato.



SINDSERV
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião
Rua José David do Vale, 33 - Centro - São Sebastião (SP) - CEP: 11.600-00 Tel. (12) 3892-1545 / Fax: (12) 3892-4097 - 8121-8526
CNPJ: 50.322.130/0001-19 - Site: www.sindserv.com
E-mail: sind.serv@uol.com.br

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos no Artigo 17, alínea "c" combinados com os Artigo 47 e 54, alínea "a" e "b" do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará, conforme data, local e horários, e pauta abaixo descrita:

Dia 20/06/2012 – Quarta-Feira – Na Sub-Sede Boiçucanga, Rua Luziânia, nº 107.

HORÁRIO: 1ª Convocação 17h30
2ª Convocação 18h30

PAUTA:

- Prestação de contas do período 2011/2012.
- Deliberação da prestação de contas 2012.

São Sebastião, 04 de junho de 2012.

IVAN MOREIRA SILVA
Presidente

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

(Declaração Universal dos Direitos Humanos-1948)



Faltam 119 dias

**Contagem regressiva
para as próximas eleições
municipais. Servidores,
fiquem atentos às
propostas dos candidatos.**

Prefeitura é condenada a pagar indenizações

Servidores sofreram grave acidente de trabalho e sequelas por falta de EPI

O juiz de direito, da 2ª Vara de São Sebastião, Guilherme Kirschner, condenou a Prefeitura a indenizar o servidor público municipal, o braçal Benedito Vicente, que sofreu acidente de trabalho em 11 de janeiro de 2007. A sentença foi proferida em 2 de maio passado, sobre Ação Indenizatória por Dano Material e Moral ingressada pelo Sindserv em 2010.

O advogado Ricardo Harada, representante do Sindserv, explica que Vicente, em cumprimento a ordem da prefeitura, removia grama, com uso de rastelo, em via pública da Topolândia, na região central da cidade. Ao seu lado, outro funcionário usava roçadeira, cuja lâmina se chocou contra uma pedra e fragmentos desta pedra atingiram Benedito, sofrendo perda total da visão do olho esquerdo. Ele estava sem viseira.

A prefeitura alegou que os equipamentos de segurança estavam disponíveis, sendo a vítima quem não quis usá-los. Conforme a sentença judicial, prova testemunhal demonstrou a contento que a prefeitura não fornecia os equipamentos necessários para salva-



Ricardo Harada, advogado

guardar seus funcionários no exercício de funções perigosas como óculos de proteção. O juiz ainda relatou que “a conveniência e fiscalização pelo uso de equipamentos de proteção é do empregador. Como se observa, a requerida, em evidente negligência e imprudência, obrigou o autor a exercer as funções de rastelar junto a cortador de grama sem os devidos equipamentos de segurança, dando causa à lesão ocular que culminou com a perda da visão do olho esquerdo do autor”. O magistrado definiu o valor da indenização por

danos morais à vítima, e a fim de compensar o trabalhador pelos “desgostos sofridos e que vier a sofrer” e para condenar a prefeitura “pela ofensa que praticou, visando prevenir nova prática ofensiva”.

O advogado Ricardo Harada afirma que, desde 2010, quando protocolou a ação judicial em defesa do servidor Benedito Vicente, estava seguro de que o resultado seria favorável - a condenação da prefeitura a indenizar a vítima. “A prefeitura foi negligente ao não fornecer o EPI (Equipamento de Proteção Individual) e ao deixar de

fiscalizar seu uso; espero que fatos lamentáveis como este não mais aconteçam”, ele conclui. O advogado, por solicitação do servidor Vicente, também ingressou pedido de aposentadoria especial por invalidez, o que lhe foi concedido pelo Faps (Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de São Sebastião). Benedito Vicente era trabalhador lotado no Viveiro Municipal.

Mais um caso – Em janeiro de 2008, outro servidor municipal, Juraci Ribeiro da Silva, pintor, também sofreu acidente de trabalho. Ele descarregava um caminhão; sua aliança em um dos dedos ficou presa em dispositivo da caçamba do caminhão, a caçamba foi erguida, amputando o dedo do trabalhador, que estava sem luvas. O juiz Guilherme Kirschner proferiu sentença, em 20 de maio último, condenando a prefeitura a indenizar Juraci. A ação indenizatória também foi ingressada pelo Sindserv, com a representação do advogado Ricardo Harada.

Sindserv alerta sobre 122 cargos em comissão

“Chamamos mais uma vez a atenção dos trabalhadores, comunidade e do prefeito, quanto a aplicação da lei complementar 133/2011, que dispõe sobre a criação de 122 cargos em comissão, a maioria deles assessor de saúde (60)”, afirma o presidente do Sindserv Ivan Moreira Silva. “Funcionários do Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF) aos quais temos respeito pelo trabalho que desenvolvem, poderão ser exonerados, caso o atual governo não seja reeleito em outubro”, ele alerta. “A ausência destes trabalhadores da área de saúde poderá ter forte impacto na comunidade, em especial na alta temporada, quando triplica a população na região”, ele frisa. E lembra que o Sindserv, na ocasião da criação da lei, alertou a prefeitura para necessidade de concurso público a fim de evitar colapso no atendimento.

Questões do Alerta Servidor à PMSS sobre a lei 133/2011 (dia 05/06)

- 1- Quantos profissionais foram contratados e para quais cargos?
- 2- Quando ocorreram as contratações e por meio de qual decreto?
- 3- Poderia nos encaminhar cópia do decreto que trata deste tema?
- 4- Há prazo para extinção dos cargos? Quando finaliza?
- 5- Qual a providência para cobrir a possível falta destes funcionários da saúde?

Respostas do Departamento de Comunicação / PMSS (dia 06/06)

“A Prefeitura de São Sebastião informa que a Lei Complementar 133/2011, aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, criou no âmbito da Administração Municipal novos cargos no quadro de servidores de provimento em comissão, com jornada de trabalho de 40 horas semanais. Essa ação de seu, principalmente, a fim de suprir a necessidade de contratação de profissionais da saúde para atuarem nas ESF (Estratégias de Saúde da Família). Assim como em qualquer cargo de comissão, o prefeito é o responsável por fazer a livre nomeação do profissional. Nesse caso, não há um prazo determinado para o fim das atividades de tais funcionários, que são nomeados por portaria individualmente, conforme a necessidade de cada unidade de saúde. A lei complementar e as portarias estão disponíveis no site da Prefeitura de São Sebastião, que é www.saosebastiao.sp.gov.br”.

Sindserv cria Comissão de Segurança

Em assembleia, servidores aprovaram comissão destinada a guardas civis e patrimoniais, agentes de tráfego, de Defesa Civil e de monitoramentos

Guardas civis e patrimoniais, agentes de tráfego, funcionários da Defesa Civil e Agentes de Monitoramento de Câmeras de Segurança passaram a contar com a Comissão de Segurança do Sindserv. Em assembleia dia 8 de maio, 27 servidores municipais aprovaram, por unanimidade, a criação desta comissão destinada a tratar das questões relacionadas a esses trabalhadores.

A principal reivindicação dos guardas patrimoniais envolve grande diferença salarial que é classificada por níveis de referências. Há anos, o Sindserv reivindica solução desta situação à prefeitura. Em comum, todos necessitam da criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que proporcione, entre outros benefícios, a possibilidade de crescerem profissionalmente por direito e mérito. Conforme o presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, outras questões afetadas a estes profissionais são ausência de condições ideais de trabalho. Guardas patrimoniais, por exemplo, não têm uniformes desde 2007, enquanto GCM, apesar de portar arma, não conta com adicional de risco-atividade.

Incentivo - A Comissão de Segurança é a segunda a ser criada pelo Sindserv, que já tem a Comissão de Educação. "Nosso objetivo é incentivar estas comissões para fortalecer a representatividade dos servidores", afirma Ivan. "Somos mais de 200 servidores na Secretaria de Segurança e merecemos respeito" completa Alexandre Lisboa, GCM e secretário-geral do Sindserv.

Base da GCM - A Comissão de Segurança já realizou suas primeiras reuniões de trabalho. Em 28 de maio, esteve reunida com representantes da Secretaria de Segurança para discutir a instalação, às pressas, de base da GCM em Maresias. O Sindserv é favorável a bases comunitárias da GCM, mas, deixa claro que toda iniciativa deve ser precedida de segurança. Conforme o sindicato, a base precisa ter estrutura de comunicação eficiente, efetivo mínimo necessário e apoio rápido em casos de extrema urgência. Nesta reunião também foram cobrados pagamento do adicional de risco-atividade, regulamentação da carga horária de 40 horas semanais e plano de cargos, salário e carreira, com a participação da categoria.



8 de maio - Servidores aprovaram criação da Comissão de Segurança

Sindserv cobra da Seduc cumprimento de decisão judicial

Nosso município garante o acesso à educação, mas deixa a desejar quando o assunto é valorização dos profissionais e a garantia de um padrão de qualidade. Professores trabalham com recursos extremamente escassos frente as possibilidades que a Secretaria de Educação possui. O único material realmente democrático na escola é o livro didático enviado pelo MEC e o giz.

Professores venceram a batalha legal em decisão judicial onde obriga a prefeitura respeitar a jornada de trabalho que garante as atividades sem interação com os educandos. Isso significa novas possibilidades de trabalho além da sala de aula. Tempo para preparo de aulas, correção de atividades, envolvimento maior do educador com a comunidade, novas capacitações, outras práticas escolares, etc. E aí? Quem respeita a lei? Se não houver envolvimento, pressão política e cobrança a decisão judicial de nada valerá! E perderemos a chance, a oportunidade. Aliás, não

existe argumento para o não atendimento da decisão. A Secretaria de Educação espera que a falta de mobilização dos professores e a incapacidade de se envolverem naquilo que lhes diz respeito como grupo, levará ao descrédito aquilo que já foi conquistado, postergando a garantia de valorização desses profissionais, deixando de contribuir para qualidade do serviço prestado à comunidade.

Após sentença da Justiça em face ao Mandado de Segurança impetrado pelo Sindserv, para atribuições das aulas, tivemos no final do mês a publicação no Diário Oficial, onde agora a prefeitura deverá cumprir o mais breve possível, sob pena de multa diária. Caso não aconteça, com a maior brevidade possível, o Sindserv fará novas ações para obrigar a Seduc a promover atribuições de aulas e também denunciará o prefeito e a secretária por crime de desobediência de decisão judicial.

Comissão de Educação/Sindserv

ACS em sua bike visita 200 famílias

Cleide Aparecida Bertuzo, agente comunitária de Saúde, é servidora municipal há 2,5 anos. Por 5 anos, ela já prestava este serviço, como contratada de então empresa prestadora de trabalhos na área de Saúde do município. Finalizado o contrato, Cleide passou em concurso público para a mesma profissão. Ela usa uma bicicleta elétrica para visitas a 200 famílias por mês, residentes próximas ao Programa Estratégia da Família, em Boiçucanga.

"Alguns locais são mais difíceis para chegar com minha bicicleta, mas em geral é fácil realizar minha tarefa inclusive porque já sou conhecida neste trecho", ela diz demonstrando prazer em exercer o trabalho. Conforme Cleide, 50%

das famílias que ela visita são carentes. "Somos o elo entre comunidade e Ministério da Saúde", ela cita, quanto à importância fundamental destes profissionais.

Reivindicações - Em abril, o presidente Ivan Moreira Silva, do Sindserv, reuniu-se com agentes comunitários de Saúde, para discutir problemas que afetam estes profissionais. Entre suas reivindicações estão 14º salário, com base em Portaria do Ministério da Saúde. São cerca de 150 ACSs em São Sebastião que também reivindicam crachá de identificação e adicional de insalubridade. O Sindserv notificou a Prefeitura para atendimento a estas reivindicações e solicitou audiência com o Conselho Municipal de Saúde.